

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgRg nos EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM  
RESP Nº 1.332.521 - PR (2012/0138937-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : MIGUEL BENEDITO DA CRUZ**  
**ADVOGADOS : EDEVAL BUENO - PR021724**  
**SANTINO RUCHINSKI E OUTRO(S) - PR026606A**  
**ALESSANDRO SILVERIO E OUTRO(S) - PR027158**  
**BRUNO AUGUSTO GONÇALVES VIANNA E OUTRO(S) -**  
**PR031246**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃOS RECORRIDOS EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. TEMA 925/STF. ART. 97 DA CF. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEGUIMENTO NEGADO EM PARTE E NÃO ADMITIDO EM PARTE.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por MIGUEL BENEDITO DA CRUZ , com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdãos da Quinta Turma e da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, assim ementados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALEGADA OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. QUESITO GENÉRICO. ALEGADA NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FORMULAÇÃO DE QUESITO SOBRE EXCESSO DE LEGÍTIMA DEFESA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "A prolação de decisão monocrática pelo ministro relator está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental." (AgRg no REsp 1322181/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017).

# Superior Tribunal de Justiça

2. Para admissão do recurso especial com base no art. 619 do Código de Processo Penal, a omissão, ambiguidade, obscuridade ou contradição devem ser notórias, ou seja, imprescindíveis para o enfrentamento da questão nas Cortes superiores, o que não ocorreu *in casu*.

3. Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que, na atual sistemática de quesitação dada pela Lei n. 11.689/08, todas as questões relativas às excludentes de ilicitude e de culpabilidade integram, necessariamente, o quesito genérico da absolvição.

4. Agravo regimental não provido. (fls. 1114/1120)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALEGADA OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. QUESITO GENÉRICO. ALEGADA NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FORMULAÇÃO DE QUESITO SOBRE EXCESSO DE LEGÍTIMA DEFESA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. INCONFORMISMO DA PARTE. RENOVAÇÃO, NO REGIMENTAL, DOS FUNDAMENTOS TRAZIDOS NA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. POSSIBILIDADE QUANDO AS RAZÕES DO REGIMENTAL REPISAM AS TESES DO RECURSO JÁ ANALISADAS PELO RELATOR OU PRODUZEM ARGUMENTAÇÃO INCAPAZ DE INFIRMAR O JULGADO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 1.021, § 3º E 489, § 1º, IV, CPC/2015. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A teor do disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para sua revisão no caso de mero inconformismo da parte.

2. Para admissão do recurso especial com base no art. 619 do Código de Processo Penal, a omissão, ambiguidade, obscuridade ou contradição devem ser notórias, ou seja, imprescindíveis para o enfrentamento da questão nas Cortes superiores, o que não ocorreu *in casu*.

3. Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que, na atual sistemática de quesitação dada pela Lei n. 11.689/08, todas as questões relativas às excludentes de ilicitude e de culpabilidade integram, necessariamente, o quesito genérico da absolvição.

4. "O julgador não é obrigado a rebater todos os argumentos aventados pelas partes quando o acórdão recorrido analisar, com clareza, as questões essenciais ao deslinde da controvérsia, havendo, ainda, razões suficientes para sua manutenção" (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 534.318/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/6/2015, DJe 17/6/2015).

5. Não se vislumbra omissão ou nulidade na renovação dos fundamentos trazidos na decisão monocrática impugnada, em sede de regimental, se o recorrente repisa as teses do recurso já analisado ou produz argumentação que não se revela capaz de infirmar as razões de decidir do julgado, consoante inteligência dos arts. 1.021, § 3º c/c o art. 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil.

6. Embargos de declaração rejeitados. (fls. 1155/1166)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE

DIVERGÊNCIA. PRÉVIO RECOLHIMENTO DE CUSTAS. OBRIGATORIEDADE. RECURSO QUE NÃO ESTÁ PREVISTO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL OU EM LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL ESPECIAL. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 7.º DA LEI 11.636/2007. MEIO IMPUGNATIVO MERAMENTE REGIMENTAL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO RECURSAL. SÚMULA 158 DO STJ.

1. Agravo Regimental contra decisão da Presidência do STJ que intimou o agravante para o recolhimento de custas em Embargos de Divergência em matéria criminal.

2. Agravante condenado pela prática de homicídio qualificado que opôs Embargos de Divergência contra decisão da Quinta Turma do STJ, alegando discrepância de entendimento com aquilo que julgou a Terceira Turma, no RE 1.622.386/MT, em relação à necessidade ou não de exaurimento e rebate a todos os pontos suscitados pela parte.

3. Alegação de que a Lei 11.636/2007 não se aplica aos “feitos de natureza criminal” e de que é “inconsistente” a afirmação constante da decisão do Eminentíssimo Ministro Presidente, no sentido que Embargos de Divergência são considerados “feitos de competência originária.”.

3. Os Embargos de Divergência, previstos no artigo 266 e seguintes do Regimento Interno do STJ, não se incluem na denominação “processo criminal” e tampouco são modalidade de recurso previsto na legislação processual penal. Não sendo espécie recursal catalogada no Código de Processo Penal ou em legislação processual penal especial, mas mero meio geral de impugnação interna, aos Embargos de Divergência não se aplica a isenção estipulada no artigo 7.º da Lei 11.636/2007, sendo lícita a exigência de recolhimento antecipado das custas. Precedente: AgRg no EAg 1.011.463/SC, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Seção, DJe 1.º/10/2013.

4. Como Relator preventivo para o julgamento dos Embargos de Divergência, desde logo acrescento, por brevidade, ser caso de indeferimento liminar.

5. Incidência da Súmula 158 do STJ, a dispor que “Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de Turma ou Seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada”.

6. Acórdão embargado que provém da Quinta Turma do STJ, competente para julgamento de feitos de natureza penal. O julgado indicado como paradigma – RE 1.622.386 –, por sua vez, advém da Terceira Turma do STJ, competente para julgamento de matéria atinente a direito privado (comércio, consumo, contratos, família, sucessões).

7. Tratando-se de matéria criminal, apenas pelas Turmas com competência penal deve ser fixado o entendimento sobre o tema, não servindo como paradigma julgados de outros Órgãos Fracionários que não detenham a competência especializada.

8. Diante da ausência de pressuposto de admissibilidade dos Embargos de Divergência, voto por negar provimento ao Agravo Regimental e, desde logo, indeferir o recurso de Embargos de Divergência. (fls. 1227/1232)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS QUE AUTORIZEM O MANEJO DO MEIO IMPUGNATIVO ELEITO. REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO

PROVISÓRIA DA PENA. INSTÂNCIA ORDINÁRIA ESGOTADA  
HÁ 8 ANOS. POSSIBILIDADE.

1. Embargos de Declaração opostos por réu condenado por homicídio qualificado praticado em 4/10/2004, contra o Acórdão de fls. 1.227/1.228, que negou provimento aos Embargos de Divergência por ele manejados.

2. Alega que: (a) há violação ao artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, porque a Corte Especial não aplicou o artigo 7.º da Lei 11.636/2007 e o artigo 804 do Código de Processo Penal, sem declará-los inconstitucionais; (b) existe contradição no julgado, porque, se o Regimento Interno do STJ permite que os Embargos de Divergência possam ser opostos quando houver discrepância de entendimento de Turmas pertencentes a Seções distintas, a incidência da Súmula 158 do STJ impediria que a Corte Especial apreciasse essa modalidade de recurso em matéria criminal, o que só poderia ser feito pela Terceira Seção.

3. Requerimento formulado pelo Ministério Público do Paraná de execução provisória da pena, no qual sublinha que o Recurso Especial ficou concluso por mais de 5 (cinco) anos e que a defesa opôs Agravo Interno, Embargos de Declaração, Agravo Regimental, Embargos de Divergência e novos aclaratórios.

4. Os Embargos Declaratórios têm o objetivo específico de provocar novo pronunciamento judicial de caráter integrativo e/ou interpretativo nas hipóteses de ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade, conforme o art. 619 do CPP, ou então, por construção pretoriana integrativa, quando constatado erro material no julgado

5. A contradição se afere através de confronto entre a motivação e a parte dispositiva, ou entre capítulos da parte dispositiva. Nessa hipótese, o juiz se limita a dissipar a contradição, mantendo, no mais, a sentença. A omissão tanto pode referir-se a matéria conhecível *ex officio* mediante provocação, como a uma *causa petendi* não abordada ou pedido olvidado pelo magistrado. Ambiguidade é o vício constante da motivação que desperta dúvida por admitir interpretações diversas e até contrárias de sentido, no tocante aos fundamentos. Já a obscuridade traduz falta de clareza ou inteligibilidade que torna a sentença incompreensível. São as únicas hipóteses em que a legislação processual penal admite o manejo da espécie impugnativa escolhida pelo embargante.

6. Consoante se infere da fundamentação exteriorizada na peça recursal, a hipótese não se amolda ao permissivo legal, de sorte que não se admite, em sendo assim, a interposição da espécie escolhida como forma de hostilização do ato decisório. No caso em tela, este Colegiado concluiu pela inadmissibilidade do cabimento dos Embargos de Divergência, porque ausentes as hipóteses de admissibilidade.

7. No que se refere às alegadas omissões porque a Corte Especial teria deixado de aplicar leis que a parte entende devam incidir, feita uma reflexão sobre o tema, conclui-se que não é possível inferir como inevitável o enfrentamento de todos os dispositivos legais postos, ainda mais quando inferiores à Lei. Assim o fazendo, estar-se-iam suprindo lacunas inexistentes, o que traria decisão sobre matéria já decidida.

8. Os Embargos não constituem via própria para fazer prevalecer tese jurídica diferente da que foi acolhida no Acórdão quando, em sua essência e finalidade, não se dirigem à omissão ou outro vício, mas a nova declaração de efeito infringente. O fato de não serem dissecados

os dispositivos que a parte quer ver reconhecidos traz como consequência a certeza de que pretendem os Embargos a declaração inversa do fundamento jurídico da decisão, o que impede à Corte renovar o julgamento para declarar o que constituiria nova manifestação de mérito em sentido contrário.

9. O julgamento dos Embargos não pode implicar acréscimo de razões irrelevantes à formação do convencimento manifestado no Acórdão. Portanto, o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os normativos (ainda mais leis que não servem ao caso) que tratam de matéria semelhante, desde que decida sob fundamentos suficientes para sustentar a manifestação jurisdicional, como ocorreu.

10. O princípio do *livre convencimento motivado* justifica a ausência de análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar. É o entendimento também do STF, que vem afastando a necessidade de enfrentar os dispositivos que para a parte constituem o fundamento de sua tese quando ficam devidamente demonstradas as razões do convencimento, inclusive quando há divergência no julgado.

11. Pretende a parte embargante, em realidade, a modificação do julgado proferido, com nítido conteúdo infringente. O que objetiva nada mais é do que fazer prevalecer tese que lhe seja mais favorável. Por esses motivos, conheço dos Embargos de Declaração, mas lhes nego provimento.

12. Quanto ao requerimento do Ministério Público Federal, trata-se de crime de homicídio ocorrido em 4/10/2004 (há 15 anos, portanto). A sentença condenatória foi proferida em 30/8/2019, o julgamento do Recurso de Apelação é datado de 14/7/2011, e os Embargos de Declaração contra o acórdão condenatório foram julgados em 1.º/9/2011, tendo o respectivo acórdão sido publicado em 20/9/2011, conforme certidão de fl. 908. Em Recurso Especial, a pena foi reduzida a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime semiaberto. A defesa vem interpondo, desde então, sucessivas impugnações.

13. Percebe-se que entre os fatos delituosos e a presente data há o transcurso de **15 (quinze) anos**. Não cabendo mais recursos ordinários, e na esteira da atual jurisprudência do STF (ARE 964246), deve ser expedido o mandado de prisão. Nesse sentido: STF - Plenário, ARE 964.246, Rel. Ministro Teori Zavascki, julgado em 25/11/2016; HC 126.292/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 17/5/2016; STJ - AgRg nos EDcl no HC 494.187/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 22/5/2019; HC 461.155/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 24/4/2019; AgRg no AgRg no HC 479.348/AP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 23/4/2019; AgRg no HC 491.588/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 28/5/2019; EDcl no REsp 1484415/DF, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 14/4/2016; AgRg na Rcl 35.747/RS, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Terceira Seção, DJe 21/5/2018.

14. O Tribunal de Justiça do Paraná julgou o Recurso de Apelação interposto pelo réu em 14/7/2011 e os Embargos de Declaração em 1.º/9/2011. Dessa forma, independentemente do caráter protelatório ou não dos recursos que vêm sendo interpostos, deve ter início imediato a execução da pena privativa de liberdade imposta a MIGUEL BENEDITO DA CRUZ, porque esgotada a instância ordinária desde

# *Superior Tribunal de Justiça*

2011.

15. Voto por conhecer dos Embargos de Declaração, mas lhes negar provimento, e determinar o início da execução provisória da pena, com expedição de ordem ao Juízo de 1.º grau e ao Tribunal de Justiça do Paraná para que expeça o mandado de prisão imediatamente, conforme a pena fixada na decisão monocrática de fls. 1.058-1.064. (fls. 1304/1318)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1323/1375) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que houve omissão pela Quinta Turma e pela Corte Especial na análise dos argumentos trazidos à tona pela defesa no agravo regimental e nos embargos declaratórios.

Por outro lado, indica violação dos artigos 22, I, e 97 da Constituição Federal, bem como da Súmula Vinculante 10 do Supremo Tribunal Federal em razão da determinação do recolhimento do preparo em dobro dos embargos de divergência, deixando de aplicar o disposto nos artigos 7º da Lei nº 11.636/07 e 804 do Código de Processo Penal sem declará-los inconstitucionais.

Ao final, aponta também ofensa ao artigo 5º, LVII, da Constituição Federal em razão da determinação da execução provisória da pena, malferindo o princípio da presunção de inocência.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1384/1389.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso

# *Superior Tribunal de Justiça*

Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para a Quinta Turma e a Corte Especial negarem provimento aos agravos regimentais e rejeitarem os embargos declaratórios, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, os arestos impugnados foram suficientemente fundamentados, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Em relação à legação de ofensa ao art. 5º, LVII, da Constituição Federal, o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 964.246, em regime de repercussão geral, manifestou-se no sentido da possibilidade de execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, sem que comprometido o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo art. 5º, inc. LVII, da Constituição da República (Tema 925/STF). Confira-se a ementa do julgado:

CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). ACÓRDÃO PENAL CONDENATÓRIO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA. 1. Em regime de repercussão geral, fica reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria.

(ARE 964246 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 10/11/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 24-11-2016 PUBLIC 25-11-2016)

Por outro lado, a análise da questão relacionada à violação do artigo 97 da Constituição Federal e da Súmula Vinculante 10/STF, perpassa pelo exame do disposto nos artigos 7º da Lei nº 11.636/07 e 804 do Código de Processo Penal, de modo que eventual afronta à cláusula de reserva da plenário, se houvesse, seria meramente reflexa, o que não legitima a interposição do apelo extremo.

Nessa linha de raciocínio, cumpre trazer à baila recente precedente do Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. VIOLAÇÃO À

# Superior Tribunal de Justiça

CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. REAPRECIACÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF.

1. Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.

**3. Não há violação à cláusula de reserva de Plenário quando o Tribunal de origem se limita a interpretar a legislação infraconstitucional pertinente.**

**4. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.**

5. A argumentação do recurso extraordinário traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que seu acolhimento passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta Corte (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário). 6. Petição 6.320/2019 indeferida. Agravo Interno a que se nega provimento.

(ARE 1175859 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 01/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-051 DIVULG 14-03-2019 PUBLIC 15-03-2019)

Da mesma forma, quanto à suposta violação do disposto no artigo 22, I, da Constituição Federal, seu exame também impõe a necessária interpretação da legislação federal mencionada, a evidenciar que a matéria envolve questão de ofensa meramente reflexa à Carta Maior.

A esse respeito:

EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENSINO FUNDAMENTAL. VAGAS AOS EDUCANDOS EM ESCOLAS PRÓXIMAS ÀS RESIDÊNCIAS. SEPARAÇÃO DE PODERES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 2º, 23, 208, I, §§ 1º E 2º, E 211, §§ 2º E 3º, DA



# *Superior Tribunal de Justiça*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento assinalado na decisão agravada não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.

(ARE 1171031 AgR-segundo, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 16/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-186 DIVULG 26-08-2019 PUBLIC 27-08-2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, e V do Código de Processo Civil, **nego seguimento em parte e não admito em parte o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente